

TRIBUTOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Luís Fernando Pires Machado

GESTÃO E NEGÓCIOS

TRIBUTOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

Luis Fernando Pires Machado

GESTÃO E NEGÓCIOS



Autor

Luís Fernando Pires Machado

Professor universitário desde 1994. Graduado em Direito, Pedagogia e Estudos Sociais. Pós-graduado (especialização) em Administração Legislativa e Administração Escolar pela Universidad Nacional de La Matanza e Doutor em Derecho Público pela Universidad del Museo Social Argentino. Professor de EAD do Interlegis e do ILB. Trabalha na área de educação superior do Instituto Legislativo Brasileiro, com experiência em direito e educação.

Design Instrucional

NT Editora

Projeto Gráfico

NT Editora

Revisão

NT Editora

Capa

NT Editora

Edição Eletrônica

NT Editora

Ilustração

Daniel Motta

NT Editora, uma empresa do Grupo NT

SCS Quadra 2 – Bl. C – 4º andar – Ed. Cedro II

CEP 70.302-914 – Brasília – DF

Fone: (61) 3421-9200

sac@grupont.com.br

www.nteditora.com.br e www.grupont.com.br

Machado, Luís Fernando Pires.

Tributos Municipais e Estaduais / Luís Fernando Pires Machado
– 1. ed. – Brasília: NT Editora, 2014.

98 p. il. ; 21,0 X 29,7 cm.

ISBN 978-85-8416-003-7

1. Imposto. 2. Tributação.

I. Título

Copyright © 2014 por NT Editora.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer modo ou meio, seja eletrônico, fotográfico, mecânico ou outros, sem autorização prévia e escrita da NT Editora.

ÍCONES

Prezado(a) aluno(a),

Ao longo dos seus estudos, você encontrará alguns ícones na coluna lateral do material didático. A presença desses ícones o(a) ajudará a compreender melhor o conteúdo abordado e também como fazer os exercícios propostos. Conheça os ícones logo abaixo:



Saiba Mais

Esse ícone apontará para informações complementares sobre o assunto que você está estudando. Serão curiosidades, temas afins ou exemplos do cotidiano que o ajudarão a fixar o conteúdo estudado.



Importante

O conteúdo indicado com esse ícone tem bastante importância para seus estudos. Leia com atenção e, tendo dúvida, pergunte ao seu tutor.



Dicas

Esse ícone apresenta dicas de estudo.



Exercícios

Toda vez que você vir o ícone de exercícios, responda às questões propostas.



Exercícios

Ao final das lições, você deverá responder aos exercícios no seu livro.

Bons estudos!

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Breve retrospectiva dos tributos no Brasil.....	10
1.2 O exercício da cidadania.....	11
2. SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO.....	15
2.1 Noções sobre direito tributário	15
2.2 Código Tributário	17
2.3 Leitura complementar	18
2.4 O papel social dos tributos, conforme a Constituição Federal de 1988	19
2.5 Sujeito passivo da obrigação tributária	20
3. PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS.....	23
3.1 Princípio da legalidade	23
3.2 Princípio da anterioridade da lei.....	23
3.3 Princípio da isonomia (igualdade)	23
3.4 Princípio da uniformidade da tributação	24
3.5 Princípio da capacidade contributiva	24
3.6 Princípio da proibição do confisco.....	24
4. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS	27
4.1 Conceito de tributo	27
4.2 Classificação dos tributos.....	28
4.3 Espécies tributárias.....	28
4.4 Lançamento	32
4.5 Crédito tributário.....	32

5. COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	35
5.1 Competências tributárias dos municípios.....	35
5.2 Competências tributárias dos estados	36
6. TRIBUTOS MUNICIPAIS.....	40
6.1 Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	40
6.2 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	42
6.3 Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	52
7. TRIBUTOS ESTADUAIS	58
7.1 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.....	58
7.2 Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA)	72
7.3 Imposto sobre Transmissão <i>causa mortis</i> e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCD)	85
8. EVASÃO E ELISÃO FISCAL	92
8.1 Elisão tributária	92
8.2 Evasão fiscal	92
8.3 Combate à sonegação.....	93
BIBLIOGRAFIA	98

Bem-vindo(a) ao Curso de Tributos Municipais e Estaduais!

Olá!

Cada vez mais o Estado depende de recolhimento dos tributos. Não fosse assim, os gestores públicos (prefeitos municipais e governadores dos estados e do Distrito Federal) teriam inviabilidade para a realização de políticas públicas.

Com efeito, você, que começa o nosso estudo, deve imaginar que os serviços públicos dependem de qualidade, desde que providos de recurso, na origem orçamentária. Saneamento básico, iluminação pública, coleta de lixo, atendimento público de saúde, qualidade na educação, segurança pública adequada, além de outras áreas de atuação de que dispõem os gestores para melhoria de toda a comunidade.

Ainda que o estudo mereça atenção, você terá a oportunidade de lidar com diversas formas de tributação, envolvendo-se como o município e o estado dependem da arrecadação dos impostos, das taxas e outras formas de tributação, assim, o nosso curso pretende oferecer mecanismos de controle e fiscalização da arrecadação e fazê-lo entender da necessidade de seu emprego e utilização para as políticas públicas.

Bons estudos!

1. INTRODUÇÃO

Olá, prezados alunos!

Vamos começar nossa disciplina sobre Tributos Municipais e Estaduais, falando sobre a importância dos tributos.

Os tributos são comprovadamente a principal fonte de recursos de que dispõem o município, o estado e a União.

Quando nós andamos pela cidade, vemos os viadutos, as avenidas, as escolas, os hospitais, a coleta de lixo e as estações de tratamento de esgoto sanitário. Muito bem, vocês já devem ter percebido que essas obras e serviços dependem de alguém para pagar a conta. Mas a quem compete pagar essas contas? Isso mesmo, somos nós, contribuintes, que pagamos os tributos!



Devemos pagar os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria para que seja possível a realização das obras e serviços necessários ao bem-estar social. Como cidadãos, compete a cada um de nós pagar tributos, porém a população resiste em cumprir suas obrigações tributárias, ao mesmo tempo que cobra e exige mais ações e mais eficiência dos seus governantes na gestão dos recursos arrecadados.

No nosso curso, vamos falar dos tributos municipais e estaduais e dos gestores municipais e estaduais. Isto é, dos prefeitos municipais e dos governadores dos estados.



Você sabe alguma informação sobre o emprego dos tributos e sua política na arrecadação de impostos?



A falta de conhecimento e de informações sobre a política tributária, assim como a falta de conscientização da importância do pagamento dos tributos dificultam a operacionalização de qualquer programa tributário. Isso mesmo, essa falta de conhecimento atrapalha o gestor público, porque os contribuintes só querem receber os benefícios e exigem que os governantes realizem e façam tudo.

A disciplina Tributos Municipais e Estaduais que estamos estudando torna-se, portanto, uma necessidade para que todos, conscientes dos seus direitos e deveres, possam exercer plenamente a cidadania, contribuindo para a consolidação de uma sociedade justa, solidária, participativa, onde todos possam viver com dignidade.

Durante o curso, você e eu, como contribuintes, teremos a oportunidade de conhecer, analisar e debater conceitos importantes da educação tributária, tais como: cidadania, tributos, função social dos tributos, legislação, leis e princípios do orçamento público, Lei de Responsabilidade Fiscal e outros.

Se você se dispuser a propagar os conhecimentos aprendidos e os objetivos propostos, estará colaborando para a conscientização dos cidadãos e para uma gestão fiscal mais responsável.

1.1 Breve retrospectiva dos tributos no Brasil

A história dos tributos teve início num passado distante, quando os homens começaram a viver em grupo, constituindo as primeiras sociedades organizadas.

Vivendo em grupo, os homens aprenderam a importância da cooperação social, ou seja, a importância de se ajudarem mutuamente, repartindo entre eles os frutos dos seus trabalhos. Surge aí a palavra **tributo**, derivada do substantivo latino *tributum*, significando originalmente “o que deve ser repartido pelas tribos”.



Após as revoluções burguesas do século XVIII, surgiram no mundo ocidental os Estados democráticos de direito nos quais o poder de tributar é disciplinado por diversos princípios estabelecidos pelas constituições dos países.



Claro, para disciplinar isso, no Estado democrático de direito, o poder (soberania) desfrutado pelos governantes é limitado pela Constituição, amparados pelos princípios básicos para a organização dos poderes do Estado, bem como as garantias sociais e individuais.

Assim, capítulos relativos às questões tributárias foram colocados na nossa Constituição. Neles são estabelecidas normas gerais sobre os tributos, o dever do cidadão de pagar os tributos e o direito de usufruir dos benefícios sociais advindos da sua aplicação correta. Com isso, a competência dos municípios e dos estados é a de instituir e arrecadar tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria, nos termos do art. 145, incisos II e III. Cabem aos prefeitos municipais e aos governadores de estado zelar pelo bem-estar social de seus cidadãos, aplicando da melhor forma os tributos arrecadados em prol da justiça social.

1.2 O exercício da cidadania

Vamos começar a falar sobre direitos e deveres para entendermos que o exercício da cidadania é muito importante para a causa dos tributos.

Direito é tudo aquilo que está conforme a lei e a justiça, portanto, é o que norteia a convivência social.

Que tal conhecer os direitos de cidadania garantidos pela Constituição Federal?

São eles:

Direitos civis – são aqueles vinculados à liberdade de cada um de nós: individual (liberdade de ir e vir, liberdade de pensamento, de religião, de imprensa), direito de propriedade, direito de trabalhar, de comprar e vender bens, de acumular os bens adquiridos e deles desfrutar, direito de segurança;

Direitos políticos – são aqueles em que o cidadão participa do exercício do poder e da vida política (partidária, sindical, comunitária): direito de votar e ser votado, direito de associar-se, de manifestar e divulgar opinião;

Direitos sociais – são todos os direitos que dizem respeito à dignidade humana, à justiça, à igualdade social, às necessidades humanas básicas, enfim, ao mínimo necessário para o bem-estar social, abrangendo o direito a emprego, salário digno, renda mínima, boas condições de trabalho, educação, moradia, saneamento básico, lazer, cultura, segurança, transporte, preservação do meio ambiente, privacidade.



Exercitando o conhecimento...

Marque a alternativa correta.

Quais são os direitos de cidadania garantidos pela Constituição?

- () Direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.
- () Direitos constitucionais, direitos efetivos e direitos comerciais.
- () Direitos de ir e vir, direitos comerciais e direitos sociais.

Então, a cidadania compreende somente os direitos? Não, a cidadania pressupõe também o cumprimento de deveres.

- Obediência às normas constitucionais e legais;
- Escolha dos representantes eleitos diretamente;
- Respeito aos direitos e dignidade da pessoa;
- Proteção e preservação da natureza;
- Proteção e zelo pelo patrimônio público;
- Contribuição para a melhoria das condições da coletividade, mediante pagamento dos tributos.



O cidadão tem ainda o **direito ao exercício do controle social** sobre a gestão dos recursos públicos, certificando-se da sua aplicação correta, e o **dever do exercício do controle social** sobre os atos dos gestores públicos, denunciando e combatendo a corrupção e o nepotismo, os privilégios corporativos, as transferências ilegítimas de recursos públicos, a exclusão social, a violação dos direitos humanos, a baixa qualidade de bens e serviços oferecidos à população.



Vamos pensar um pouco...

O sentido de solidariedade, cooperação, respeito, dignidade, democracia, participação, bem-estar social, justiça, erradicação da pobreza e oportunidades iguais para todos são princípios e valores trazidos pela nossa Constituição.

Agora, poderemos responder se esses princípios e valores refletem a nossa conduta.

Como entender a ética?

A ética refere-se ao comportamento moral do homem perante a sociedade. Enquanto a moral deve ser entendida como o conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações do homem numa comunidade.

Vale destacar que o povo brasileiro tem ido às ruas, com as manifestações populares contra os esquemas de corrupção na administração pública, ocasionando, em consequência, inúmeras cassações de mandato de políticos, prefeitos, governadores, até mesmo de um presidente da República.



As manifestações sociais comprovam que no Brasil de hoje está havendo maior **conscientização do exercício da cidadania**, o que ocasionará mudanças no Estado e possibilitará uma melhor qualidade de vida para toda a população brasileira.



Parabéns,
você finalizou esta
lição!

Agora
responda
às questões
ao lado.

Exercícios

Questão 01 – Qual a principal fonte de recursos de que dispõem o município, o estado e a União?

- a) Tarifa de taxi.
- b) Emolumentos.
- c) Tributos.
- d) Contribuição.

Questão 02 – A cobrança de tributos serve para:

- a) construção de casas;
- b) construção de escolas;
- c) arrecadação de salários;
- d) contribuição para o comércio.

Questão 03 – A coleta de lixo é paga pelo recolhimento de:

- a) dinheiro;
- b) contribuição dos moradores;
- c) taxas das associações;
- d) tributos.

Questão 04 – A quem compete pagar os tributos?

- a) Apenas ao prefeito.
- b) Todos são isentos.
- c) Aos contribuintes.
- d) Aos aposentados.

Questão 05 – Para a realização das obras e serviços necessários ao bem-estar social, NÃO se recolhem:

- a) impostos;
- b) taxas;
- c) contribuições de melhoria;
- d) benefícios.

Questão 06 – O que menos dificulta a população sobre o destino dos tributos?

- a) A falta de informação sobre o emprego dos tributos e sua política na arrecadação de impostos.
- b) A falta de conhecimento e de informações sobre a política tributária.
- c) A falta de conscientização de que o pagamento dos tributos é um importante dever de cidadania.
- d) Informações sobre a operacionalização de programa tributário.

Questão 07 – As questões tributárias foram colocadas na nossa Constituição. É válido afirmar que:

- a) nela, são estabelecidas normas gerais sobre os tributos, o dever do cidadão de pagá-los e o direito de usufruir dos benefícios sociais advindos da sua aplicação correta;
- b) a competência dos municípios e dos estados não é a de instituir e arrecadar tributos: impostos, taxas e contribuições de melhoria;
- c) não cabe aos prefeitos municipais e aos governadores de estado zelar pelo bem-estar social;
- d) a aplicação dos tributos arrecadados é pela vontade do gestor público.

Questão 08 – A cidadania pressupõe também o cumprimento de deveres tributários, dentre eles:

- a) obediência às normas constitucionais e legais;
- b) escolha dos representantes eleitos diretamente;
- c) proteção e zelo pelo patrimônio público;
- d) contribuição para a melhoria das condições da coletividade, mediante pagamento dos tributos.

Questão 09 – O cidadão tem direito ao exercício do controle social sobre a gestão dos recursos públicos. De que forma ele poderá exercê-lo?

- a) Certificando-se da sua aplicação correta dos recursos públicos.
- b) Não pode fazer nada sobre os atos dos gestores públicos.
- c) Ao Ministério Público é que cabe o controle social para denunciar e combater a corrupção.
- d) O gestor pode praticar o nepotismo, que não é um privilégio corporativo.

Questão 10 – O controle social pelo cidadão é manifestado quando houver, EXCETO:

- a) transferências ilegítimas de recursos públicos;
- b) exclusão social;
- c) baixa qualidade de bens e serviços oferecidos à população;
- d) lisura nas contas públicas.